

Trabalho imaterial, produção cultural colaborativa e economia da dádiva

Clóvis Ricardo Montenegro de Lima¹

Daniella Pizarro²

Elisangela Faustino³

Maireli Dittrich⁴

Resumo: Neste artigo discutem-se as relações entre trabalho imaterial, produção cultural colaborativa e economia da dádiva na sociedade atual. O intelecto geral é relacionado com a inteligência coletiva das redes digitais. A produção colaborativa emerge como forma privilegiada do fazer artístico e cultural. Esta produção pode contribuir para promoção e preservação da diversidade cultural. A produção cultural colaborativa evidencia pluralismo econômico. A generalização do trabalho imaterial produz bens comuns. O comum cria a versão pós-industrial e de alta tecnologia da economia da dádiva. Conclui-se que a cultura colaborativa tem grande potencial para promover diversidade cultural e economia da generosidade.

Palavras-Chave: Trabalho imaterial. Produção colaborativa. Cultura. Economia da dádiva. Produção cultural colaborativa.

1. Introdução

O capitalismo informacional produz novas relações entre as formas de organização social da produção econômica. A produção econômica capitalista atual centraliza os bens imateriais. O trabalho imaterial corresponde à forma prevalente nos processos de produção atual, em que os principais produtos são imateriais - informações, conhecimentos e bens culturais.

Observa-se que a mutação capitalista traz consigo novas formas de organização social e produção. A capacidade política na sociedade pós-industrial e pós-moderna pode ser entendida como análoga ao desenvolvimento colaborativo de *softwares* livres e as inovações do movimento em favor do código-fonte aberto.

Benkler (2006) afirma que no atual contexto a produção colaborativa emerge como sistema técnico social viável para motivar e organizar as contribuições coletivas humanas

¹ Pesquisador do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT. clovis.mlima@uol.com.br

² Mestranda no Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina. daniellapizarro@hotmail.com

³ Mestranda no Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina. lisafaustino@yahoo.com.br

⁴ Mestranda no Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina. d.maireli@gmail.com

por meios que não são os contratos e a compensação monetária para uso de um dado capital físico.

Gorz (2004) diz que a questão não é saber se as pessoas são capazes e se estão prontas para uma sociedade e uma vida não mais centradas sobre o emprego. A pergunta, ao contrário, é saber como esta outra vida e esta outra sociedade podem ser antecipadas e pré-figuradas nos experimentos em larga escala, práticas e lutas exemplares, modos alternativos de cooperação e de produção, de responsabilização auto-organizada das necessidades coletivas.

Cabe interrogar como as práticas comuns podem ser capazes de inventar e ilustrar novas solidariedades. Como, no lugar de sofrer as mudanças tecnológicas, as economias do tempo de trabalho e as intermitências do emprego precário, é possível delas apossar-se coletivamente, delas conquistar a iniciativa e o controle, voltá-las contra as estratégias do capital para fazer surgir novas liberdades possíveis. Enfim, saber como todos podem ter garantido uma renda continua quando o trabalho torna-se cada vez mais descontínuo.

As vidas econômica, social e cultural constituem uma dinâmica interligada, onde o movimento de uma reflete na outra. Discute-se especialmente o desafio da produção cultural decorrente da consolidação da sociedade pós-industrial.

2. Trabalho imaterial, intelecto geral e cultura

A globalização propiciou novos encontros e circuitos de cooperação e colaboração entre nações e continentes. Pode-se afirmar que no cerne desses encontros, as diferentes realidades e nações vivenciam a descoberta de pontos comuns que permitem a comunicação e o agir conjuntamente. Negri e Hardt (2005) se referem a esses pontos comuns como *multidão* e a compara a uma rede aberta e em expansão onde diferenças e convergências são valorizadas para que se possa viver, trabalhar e agir em comum.

A reestruturação produtiva do capitalismo na pós-modernidade é resultado de uma fusão e rearranjo dos processos políticos, sociais, econômicos e culturais. Negri e Hardt (2005) acrescentam que importantes mudanças ocorrem na economia global, onde a produção não é apenas concebida na esfera econômica e sim, se amplia na escala social desde a produção de bens materiais à produção de comunicações, relações e formas de vida.

Nesse sentido, através das transformações econômicas, o próprio trabalho tende a funcionar dentro redes de cooperação e comunicação. Para Negri e Hardt (2005, p. 14)

Todo aquele que trabalha com a informação ou o conhecimento – dos agricultores que desenvolvem determinadas sementes aos criadores de

softwares – dependem do conhecimento comum recebido de outros e por sua vez criam novos conhecimentos comuns. Isto se aplica particularmente a todas as formas de trabalho que criam projetos imateriais, como idéias, imagens, afetos e relações. Daremos a este novo modelo dominante o nome de “produção biopolítica”, para enfatizar que não só envolve a produção de bens materiais em sentido estritamente econômico como também afeta e produzem todas as facetas da vida social, sejam econômicas, culturais ou políticas.

O capitalismo moderno, centrado sobre a valorização de grandes massas de capital fixo material, é cada vez mais rapidamente substituído por um capitalismo pós-moderno centrado na valorização de capital imaterial. Gorz (2005) afirma que esta mutação se faz acompanhar de metamorfoses do trabalho. O trabalho de produção material, mensurável em unidades de produtos por unidades de tempo, é substituído por trabalho imaterial, ao qual os padrões clássicos de medida não mais podem se aplicar.

A revolução da comunicação e da informática transforma os processos de trabalho a tal ponto que eles tendem ao modelo das tecnologias de informação e comunicação. Máquinas interativas e cibernéticas tornam-se uma nova prótese integrada a nossos corpos e mentes, sendo uma lente pela qual são redefinidos corpos e mentes. Com a informatização da produção, a heterogeneidade do trabalho concreto tende a ser reduzida, e o trabalhador é cada vez mais afastado do objeto do seu trabalho. O computador se apresenta como a ferramenta universal, ou melhor, como a ferramenta central, pela qual deve passar toda e qualquer atividade. Mediante a informatização da produção, portanto, o trabalho tende à posição de trabalho abstrato (HARDT; NEGRI. 2003).

Gonzalez de Gómez (1995) observa que com o advento das tecnologias de informação e comunicação, e com a reformulação mercadológica das cadeias de transferência de informação, redefinem-se as formas de acesso e transmissão dos saberes culturalmente disponíveis. Dessa forma, configuram-se novas situações em que ações, serviços, produtos de informação estão disponíveis de forma imaterial, através do registro virtual, aonde um banco de dados, uma rede, um sistema de informação têm um espaço social na qual se manifesta uma interoperabilidade e a interatividade.

Hardt e Negri (2003) definem como trabalho imaterial àquele que produz um bem imaterial – informação, serviço, produto cultural, conhecimento ou comunicação. Nas formas de trabalho imaterial, a cooperação é totalmente inerente ao trabalho. O aspecto cooperativo do trabalho imaterial não é imposto e organizado de fora, como em formas anteriores de trabalho. O trabalho imaterial envolve de imediato a interação e a cooperação social.

O trabalho imediato de produção não é mais que um aspecto, entre outros, do trabalho operário. E não é o aspecto mais importante. É a resultante, o prolongamento, a aplicação material de um trabalho imaterial, intelectual, de reflexão, de concerto, de

compartilhamento de informações, observações e saberes. Trabalho esse que se refere tanto àqueles que antecedem o trabalho imediato quanto os mobilizados imediatamente. O trabalho produtivo requer dos trabalhadores um nível geral de saberes que, base de sua produtividade, entra no processo de produção como “força produtiva imediata”. O *General Intellect* tende a se tornar à forma dominante da força de trabalho em uma economia dominada por atividades imateriais. (GORZ, 2004).

O saber que se torna a fonte mais importante da criação de valor é particularmente o saber vivo, que está na base da inovação, da comunicação e da auto-organização criativa e continuamente renovada. O trabalho do saber vivo não produz nada materialmente palpável. Ele é, sobretudo na economia de rede, o trabalho do sujeito cuja atividade é produzir-se a si mesmo. Todo usuário do trabalho em rede sincroniza-se continuamente com os outros, e os dados que usa põem em marcha um processo em que o resultado coletivo excede a soma de dados usados individualmente. Pierre Lévy compara a “inteligência coletiva”, que assim se origina, a um “coro polifônico improvisado”. (apud GORZ, 2005).

Gorz (2005, p. 37) afirma que

O conhecimento abre então a perspectiva de uma evolução da economia em direção a economia da abundância; o que quer dizer, igualmente, em direção a uma economia em que a produção, requerendo cada vez menos trabalho imediato, distribui cada vez menos aos meios de pagamento. O valor (de troca) dos produtos tende a diminuir e causar, cedo ou tarde, a diminuição do valor monetário e da riqueza total produzida, assim como a diminuição do volume dos lucros. A economia da abundância tende por si só a economia da gratuidade; tende a formas de produção, de cooperação, de trocas e de consumo fundadas na reciprocidade e na partilha, assim como em novas moedas. O ‘capitalismo cognitivo’ é a crise do capitalismo em seu sentido mais estrito.

As formas de trabalho imaterial dependem das redes comunicativas e colaborativas compartilhadas, e produzem novas redes de relações intelectuais, afetivas e sociais. Essas formas de trabalho apresentam novas possibilidades de gestão econômica, pois os mecanismos de cooperação necessários para a produção estão contidos no próprio trabalho. Pode-se ver que esse potencial se aplica também a auto-organização política e social. Cabe, contudo, recordar a crítica do Gorz (2004) ao postulado implícito de que a autonomia no trabalho engendra por si própria a exigência e a capacidade dos trabalhadores de suprimirem qualquer limite ao exercício de sua cidadania.

O trabalho imaterial repousa sobre as capacidades expressivas e cooperativas que não se podem ensinar, sobre uma vivacidade presente no uso dos saber e que faz parte da cultura do cotidiano. Os trabalhadores do capitalismo pós-industrial devem entrar no processo de produção com toda a bagagem cultural que eles adquiriram nos jogos, nos esportes de equipe, nas lutas, disputas, nas atividades musicais, teatrais, etc. É nas

atividades que estão fora do trabalho que são desenvolvidas as suas capacidades de improvisação e cooperação (GORZ, 2005).

Quando as capacidades de comunicação, relacionais, cooperativas, criativas passam a fazer parte da força de trabalho, estas capacidades implicam a autonomia do sujeito, não podem ser comandadas. A dominação do capital não pode então ser exercida diretamente sobre o trabalho vivo por coerções hierárquicas. Ela só pode se exercer por vias indiretas: deve tomar a forma de um condicionamento que conduz o sujeito a aceitar ou escolher ele próprio exatamente o que se trata de impor-lhe (GORZ, 2004).

A frente de batalha, observa Gorz (2004), está ali onde a informação, a linguagem, o modo de vida, o gosto e a moda são produzidos e reproduzidos pelas forças do capital e do Estado; ali onde, dito de outro modo, a subjetividade, a “identidade” das pessoas, seus valores, as imagens que fazem de si mesmos e do mundo são perpetuamente estruturadas, fabricadas, moldadas. A frente de batalha do conflito está em todos os lugares e sua radicalização no terreno cultural é a condição de sua radicalização no terreno do trabalho.

Ao se apoiar a diversidade cultural, ao sair da condição de consumidor do que é previamente analisado e depois difundido como cultura, se passa a considerar o indivíduo, o grupo e as comunidades como produtoras de cultura. O direito de escolha e a liberdade de entender, sentir e proferir seus valores, suas crenças, seus hábitos, etc., consolida a diversidade cultural como aliada da democracia.

Touraine (1998) considera que a política tem que tornar possível o diálogo entre as culturas e que essa liberdade cultural se concretiza através de uma junção entre as práticas econômicas e a relação com as tecnologias atuais:

Não se trata mais de reconhecer o valor universal de uma cultura ou de uma civilização, mas, de maneira bem diferente, de reconhecer em cada indivíduo o direito de combinar, de articular em sua experiência de vida pessoal ou coletiva, a participação no mundo dos mercados e das técnicas com uma identidade cultural particular. (TOURAINÉ, 1998, p.65).

O desenvolvimento do aparato tecnológico propiciou um inter cruzamento entre as diversas formas de viver e ver o mundo. Para Lyotard apud Harvey (1992), a pós-modernidade se caracteriza por um jogo de linguagem, que está constantemente se reestruturando e criando novos códigos. As novas tecnologias fomentam essas trocas lingüísticas, e interferem na produção de conhecimento, disseminação e uso destes e o torna importante força produtiva. Harvey (1992) diz que a nova sociedade é palco de combinação e recombinação de signos.

Os efeitos da globalização, ou seja, o encurtamento das distâncias e facilidade comunicacional oferecido pelas redes, para Hall (2002), gera heterogeneidade das representações culturais. O constante relacionamento entre o local e global oferece a este o

encanto pelo diferente e o local legitima através da vinculação do lugar, símbolos e histórias particulares. Estas trocas geram uma pluralidade, a partir da valorização das singularidades ao mesmo tempo em que proporciona o encontro de pontos convergentes entre indivíduos.

A constatação de que a diversidade constitui o movimento cultural mundial desencadeia uma nova abordagem sobre as formas de garantir a liberdade para a manifestação desta pluralidade diminuindo assim a preocupação de criação de jogos internos de poder dentro destes novos grupos. Marilena Chauí (2006, p. 55) afirma que:

Se mantivermos viva a pluralidade permaneceremos abertos à criação que é sempre múltipla, solo de qualquer proposta política que se pretenda democrática. Enfim, graças à percepção das diferenças poderemos encontrar o lugar onde alguma convergência se tornaria possível, isto é, na dimensão da política.

3. A produção colaborativa da cultura

Barbrook (2003) afirma que a sociedade da informação que está surgindo reproduz o processo de colaboração dos cientistas e pesquisadores que criaram a Internet. Pensando na rede para seu uso, eles inventaram uma forma de comunicação mediada por computador para compartilhar conhecimentos dentro de um espaço virtual único: a “câmara dos comuns intelectual”. O consumo passivo de peças fixas de informação se transforma em processo participativo de “criatividade interativa”. O que começa no interior da ciência e da pesquisa agora está transformando outras formas de expressão cultural.

As redes mudam a realidade social, e ao mesmo tempo, correspondem a novas condições e modos de pensar. O que se percebe na proliferação das redes é um exemplo do fenômeno geral de correspondência formal entre as mudanças na realidade social e nos modos de pensar. Todo pensamento pertence, como se estivesse impresso, a um contexto histórico-social específico, e os domínios do pensamento e dos elementos da realidade social são isomórficos e mudam de modo isomórfico. É a esse aspecto que se refere Foucault quando emprega o termo diagrama para indicar a configuração comum das instituições clássicas e modernas. A rede é o diagrama da nossa época (NEGRI, 2003).

A produção colaborativa é considerada por Benkler (2006) uma produção social. Nesse novo modelo econômico, a geração de riqueza está baseada em uma rede interconectada da informação, em que a produção pode ser feita de forma não coordenada e com a participação do consumidor na produção e co-criação de produtos e serviços. Desta forma ele acredita na tendência de um espaço cultural ocupado por informação e conhecimento produzidos dentro de movimentos livres, com conseqüente regressão do monopólio industrial cultural.

Neste contexto a idéia de aldeia global como consequência da globalização cai por terra. O que presenciamos é o sentido inverso desta realidade, ou seja, com a globalização e a facilidade dos contatos com outras culturas gerou a fragmentação, a liberdade de outros conceitos e novas formas de identidades culturais. Castells (1999) diz que ela acirrou as diferenças e isso fez com que se valorizasse o local, os grupos se reorganizaram conforme suas necessidades e seus gostos. A tecnologia propiciou a diversidade e a integração entre os diferentes, o que gerou um quadro heterogêneo.

Prado et al. (2005) destacam ainda, dentro do desenvolvimento colaborativo e da relação ativa de uso, a dimensão comunicativa dos fóruns e canais criados para essa comunicação e, conseqüentemente, para a produção. A multiplicidade de perspectivas e de contextos culturais reflete-se no processo de produção. Nas relações capitalistas, os agenciamentos acontecem em torno do capital e visam à produção de valor de troca. Nas redes horizontais, os agenciamentos se dão em torno de interesses coletivos que visam produzir outros valores. No primeiro caso, o trabalho está em competição, e no segundo, está em colaboração e generosidade.

Existe atualmente uma infinidade de iniciativas de produção colaborativa em todo mundo, fundadas em estruturas abertas como a do software livre, onde qualquer interessado pode participar. Isso denota uma nova forma de organização produtiva e funda organizações que se contrapõem aos conceitos capitalistas industriais. Inspiradas no software livre, as formas de produção colaborativas criam novos modos de organização social e econômica, com impacto profundo nas formas de produção e organização do conhecimento, da informação e dos bens culturais.

Como explica Benkler (2006, p. 394), as plataformas de produção colaborativa são

Um sistema sócio-econômico [...] facilitado pela infra-estrutura técnica da Internet onde a marca deste sistema é a colaboração entre grandes grupos de indivíduos [...] que cooperam efetivamente para prover informações, conhecimento ou bens culturais, sem terem como base para coordenar suas empresas, preços de mercado e, tampouco, as hierarquias gerenciais.

São duas as principais características da produção colaborativa. A primeira é a descentralização do poder. Neste caso, a autoridade reside com cada agente individual, e não está em um poder único centralizado (como um gerente de empresa, por exemplo). A segunda é que são utilizadas motivações sociais para a produção e coordenação dos agentes participantes, ao invés de vozes que comandam ou preços de mercado. (BENKLER, 2006) .

Existem três atributos relacionados à estrutura de produções colaborativas. Primeiramente, o objeto a ser desenvolvido ou trabalhado deve ser divisível em

componentes que podem ser desenvolvidos independentemente do outro. Permite-se assim que a produção seja incremental e assíncrona, conciliando os esforços das diferentes pessoas, com diferentes conhecimentos e em diferentes períodos de tempo. Em segundo temos que, para um processo de produção colaborativa obter sucesso ao seu término, a granularidade deve ser de pequena quantidade. Esse termo - granularidade - refere-se aos tamanhos dos módulos do projeto: deve haver uma sincronia entre estes no produto finalizado. Finalmente, um processo de produção colaborativa deve ter um baixo custo de integração dos módulos para a composição do produto final. (BENKLER, 2006).

A forma de trabalho da produção colaborativa produz novas redes de relações intelectuais, afetivas e sociais. As formas de trabalho imaterial dependem das redes comunicativas e colaborativas compartilhadas. Essas configurações de trabalho apresentam novas possibilidades de autogestão econômica, pois os mecanismos de cooperação necessários para a produção estão contidos no próprio trabalho. Pode-se ver que esse potencial se aplica também a auto-organização política e social. O resultado do trabalho imaterial por si só é diretamente comum e social. Para Hardt e Negri (2005, p.156), esta condição configura uma situação outrora não vista, ou seja,

A criação de relações comuns e formas sócias comuns de uma forma mais pronunciada que nunca. [...] Este devir comum, que tende a reduzir as divisões qualitativas no trabalho e é a condição biopolítica da multidão.

O fazer cultural ganha novo modo de produção, quando se aborda o assunto da economia solidária e da cooperação, abre-se à perspectiva das redes solidárias e da produção colaborativa. Mance (2003, p. 145) corrobora que as redes solidárias “enfrentam a reprodução do capitalismo, combatendo a exploração dos trabalhadores, a expropriação dos consumidores e as diversas formas de dominação política e cultural presentes em nossas sociedades”.

O produzir cultural vive uma nova dinâmica dentro do rearranjo da produção econômica, que, para Hardt e Negri (2005), está também gerando informação, comunicação e cooperação. A produção imaterial gera colaboração e a partir destas gera novas relações intelectuais, sociais e afetivas.

Na realidade, quando os produtos do trabalho não são bens materiais, mas relações sociais, redes de comunicação e formas de vida, tornam-se claro que a produção econômica implica imediatamente uma forma de produção política ou a produção da própria sociedade (HARD E NEGRI, 2005, p. 421).

Essa condição de liberdade de produção da própria sociedade é a forma direta de produzir cultura, ao lado da consolidação do direito de fazer a vida social política participativa. GORZ (2005) afirma que há uma inversão do modo de produzir, com a produção imaterial está a serviço do desenvolvimento humano, ou seja, a produção de si.

A diferença entre produzir e se produzir tende a se apagar. [...] O apagamento do produtivismo inaugura uma outra relação com o tempo, como próprio corpo e com a natureza que se reflete no desenvolvimento da “capacidade de prazer”, da “aptidão ao “lazer”(Mussfaehigkeit), nas atividades artísticas e em outras atividades não instrumentais (GORZ, 2005, p. 62).

4. Produção cultural comum e economia da dádiva

A hegemonia do trabalho imaterial cria relações comuns e formas sociais comuns de um modo mais pronunciado do que nunca. Naturalmente, cada forma hegemônica de trabalho cria elementos comuns. Os produtos do trabalho imaterial são imediatamente sociais. A produção de comunicação, de relações afetivas e de conhecimento é capaz de expandir diretamente o campo de compartilhamento. Assim, casos singulares de processos de trabalho, condições produtivas, situações locais e experiências vividas coexistem com um “devir comum” (HARDT; NEGRI, 2005).

O que se produz é comum, e o comum que compartilha serve de base para a produção futura, numa relação expansiva em espiral. Isto pode ser mais facilmente entendido em termos do exemplo da comunicação como produção: só se pode comunicar com base em linguagens, símbolos, idéias e relações compartilhadas, e os resultados da comunicação constituem novas imagens, símbolos, idéias e relações comuns. Essa relação entre a produção e o comum é fundamental para compreender as atividades sociais e econômicas (HARDT; NEGRI, 2005).

Como afirma Benkler (2006, p. 400) “A produção colaborativa emerge como sistema técnico social, viável, para motivar e organizar as contribuições coletivas humanas por outros meios que não sejam os contratos e a compensação do mercado”. Ou seja, a produção colaborativa é a realização de uma atividade voltada para o comum: as redes de produção colaborativa têm características participativas e horizontais, entre produtores e usuários, diferentemente das relações entre produtores, mediadores e consumidores do modo de desenvolvimento industrial do capitalismo.

Os *commons* são caracterizados por dois parâmetros, sendo o primeiro referente a estes serem abertos ou não para uso comum da sociedade. Têm-se como exemplo de commons abertos: o oceano, o ar e os sistemas rodoviários, ou seja, o que, criado ou não pela sociedade, é por ela utilizado sem restrições. Como exemplo de commons limitado temos um sistema de irrigação, por exemplo, o qual torna-se utilizável apenas pelos donos do terreno. O segundo parâmetro trata se o commons é regulado ou não, ou seja, se estes

possuem regras de utilização. Como exemplo, o autor cita as calçadas, ruas e rodovias: são abertas ao uso comum, mas possuem regras de utilização (BENKLER, 2003).

Benkler apud Silveira (2007, p. 16) afirma que:

O que os commons tornam possível é um ambiente em que os indivíduos e grupos são capazes de produzir informação e cultura por conta própria. Isso cria condições para um papel substancialmente maior tanto para a produção fora do mercado quanto para a produção radicalmente descentralizada.

Os *commons* são uma necessidade mínima em todo o ambiente virtual e de redes, pois apenas com estes haverá progresso das inovações sem que exista a dependência à manipulação dos que buscam restringir o progresso das inovações na intenção de direcionar seus próprios negócios. A existência dessa livre criação comum, fora do mercado, permite que a sociedade vá além da criação e difusão de conhecimento: passa-se a discutir questões de democracia e de liberdade. (SILVEIRA, 2007, p. 16).

Dar é "transferir voluntariamente algo que nos pertence a alguém de quem pensamos que não pode deixar de aceitar" (GODELIER, 2001, p. 22), pois, como afirma Aristóteles em *Ética a Nicômaco*: "Se não houvesse troca, não haveria vida social". (GODELIER, 2001, p. 59) .

Podem-se relacionar os processos de produção colaborativa, de bens materiais ou imateriais à economia da dádiva, pois, fora do mercado onde os valores devem sempre estar em condições de serem transformados em mercadoria (GODBOUT, 2002). A dádiva tem por objetivo a aliança e a criação, assim como a produção colaborativa, ao contrário dos interesses instrumentais. Haesler (2002) afirma que a relação social da dádiva visa a intersubjetividade e contempla o vínculo social. O sistema do dom situa-se, portanto, no lado oposto do sistema mercantil (GODBOUT, 2002).

A predominância de paradigmas sociológicos e antropológicos que aderem a outras formas de economia merece atenção, uma vez que estas modalidades contrapõem-se aos paradigmas economicista e utilitarista do capitalismo. No cenário das economias plurais, a economia da dádiva destaca-se como "pano de fundo", pois apesar de se referir a setor não lucrativo, contempla o laço social e motiva atitudes solidárias, espontâneas e desprovidas de interesses capitalistas (GODBOUT, 1998).

Caillé (2002, p.65) diz que "a rede é o conjunto das pessoas com quem o ato de manter relações de pessoa a pessoa, de amizade ou de camaradagem, permite conservar e esperar confiança e fidelidade [...] a partir da aposta no dom e na confiança". O que se verifica a partir dessa afirmação é que, por exemplo, as redes da produção colaborativa são baseadas na confiança entre os seus participantes, confiança essa que é diretamente

direcionada a economia da dádiva e sua tríplice obrigação: o dom de dar, receber e retribuir (MAUSS, 2001).

A discussão de Caillé (2002, p. 19) apresenta a existência de dois paradigmas anteriores ao paradigma do dom, ou, como ele intitula, *o terceiro paradigma*. Estes paradigmas são referentes à forma como as ciências sociais tentam compreender a relações humanas. O primeiro paradigma - do indivíduo - faz uma verificação da sociedade a partir de baixo e tem o indivíduo como ponto de partida da explicação da totalidade social. O segundo paradigma - holístico - refere-se justamente ao oposto, a uma análise a partir de cima, na busca de entender a sociedade a partir do todo. No entanto, o terceiro paradigma - o dom - tenta compreender as relações sociais a partir da sua horizontalidade, "em função do conjunto das inter-relações que ligam os indivíduos e os transformam em atores propriamente sociais". Ou seja, o dom, ou a dádiva, ou a relação de dar e receber, é considerado o agente selador das alianças humanas, "o que as simboliza, as garante e lhes dá vida".

A *gift economy*: emerge com cientistas que elaboram para uso próprio a rede digital, com a proposta de compartilhar conhecimentos dentro de um espaço virtual único: a câmara comum dos intelectuais (Barbrook, 2003, p. 140). O dar sem receber espalha-se com a *world wide web*, fazendo seus novos usuários descobrirem facilidades e vantagens de se compartilhar informação e conhecimento. Pode-se citar como exemplo típico desta colaboração o mp3 *share*. Assim como na economia (digamos, tradicional) da dádiva, na *gift economy* existe o compartilhamento, a doação, e a divisão de produtos imateriais sem que exista a obrigatoriedade da retribuição. "Quando as pessoas podem acessar o trabalho de toda uma comunidade em troca de seus próprios esforços individuais, não há por que exigirem intercâmbio igual de mercadorias" (Barbrook, 2003, p. 140).

Afirmando que liberdade de expressão é dádiva; que a informação é para ser compartilhada e não para ser vendida como mercadoria, Barbrook (2003, p. 141) acredita que todos aqueles que se usam a rede podem participar da economia da dádiva *high tech*. Não se sabe qual será o futuro desse compartilhamento de conhecimentos *on line*, mas percebe-se que essa economia virtual ainda está em expansão.

Outra forma de economia que também se afasta do modelo capitalista é a socioeconomia solidária. Apesar de estar no mercado, segundo Lisboa (2005), ela está sujeita ao fetichismo do mercado. Entretanto, seu aspecto central não é lucratividade, ou seja, a expressão máxima do lucro. As finanças solidárias visam operações pautadas no respeito pelos valores éticos, ligados a melhoria das condições de vida, contemplando perspectivas sociais e ecológicas.

No capitalismo o modo de produção privilegia a competição e a desigualdade, uma vez que existe a classe de quem possui o capital (proprietária) e a classe que vende sua força de trabalho aos proprietários do capital. Singer (2002, p. 10) explica que na economia solidária é outro o modo de produção “cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito a liberdade individual”. Nesse sentido, todos que produzem, se unem numa classe trabalhadora; e são possuidores iguais de capital, seja nas cooperativas ou em sociedade econômica.

Lisboa (2005, p. 111) afirma sobre a economia solidária:

É fundamental perceber que esta é impulsionada pelas novas tecnologias e pela crescente afirmação de uma sociedade em rede. Uma lógica econômica que carece da adesão e da criatividade dos trabalhadores estimula formas de trabalho associativo e solidário favorecendo também o papel das redes de empresas. Como a produção econômica e a reprodução da vida tendem a se tornar indistinguíveis, a socioeconômica solidária é uma forma de enfrentar os desafios contemporâneos sem subterfúgios, afirmando uma economia vinculada diretamente à reprodução ampliada da vida de seus membros e não a serviço da lei do valor econômico.

Com o surgimento das economias plurais, percebe-se cada vez mais a presença das redes produtivas, as quais têm a cooperação como condição para seu desenvolvimento. Caillé (2002) afirma que é necessário incentivar do ponto de vista legal e financeiro a expansão de atividades associativas, ou seja, atividades cooperativas que contribuam para o dinamismo do terceiro setor e da economia solidária.

Lima, Santini e Lisboa (2008, p. 70) observam que

Como atualmente produzir significa, cada vez mais, construírem-se comunidades de cooperação e comunicação, participamos da comunalidade mais radical e profunda que aponta para um modo social e solidário de produção. Com a multiplicação das redes e a descoberta da sinergia da ação coletiva, a solidariedade se impõe. O trabalho imaterial e cooperativo envolve forte componente da afetividade, de contato e interação humanos, de cuidados mútuos. Num mundo de fartura onde a escassez é socialmente produzida, o verdadeiro fator escasso é o carinho e o cuidado humano.

5. Considerações Finais

É possível identificar a consolidação de uma nova sociedade, que está relacionada com a tecnologia e a infra-estrutura que ela proporciona. A partir desta mudança todas as outras camadas e componentes da sociedade vão se alterando. Estas alterações compõem a pauta das preocupações em relação aos cuidados para promover inclusão e evitar exclusões sociais, ou mesmo a formação de novas camadas marginalizadas pelo processo inovador da tecnologia.

Sabe-se que dentro desta nova sociedade, as identidades e as diferenças culturais tomam proporções outrora inimagináveis. A potência da produção cultural pode contribuir para a liberdade e o reconhecimento. A possibilidade de produzir e reproduzir jogos de linguagem e relações sociais com as altas tecnologias e as novas formas forma de produção, gera situação que as singularidades podem agir politicamente. A multidão é essa sociedade das singularidades que convivem, que se expressam no comum cultural, social ou econômico.

No rearranjo produtivo do pós-capitalismo destaca-se a produção colaborativa, como possibilidade do trabalho imaterial generalizado. Abre-se um leque de oportunidades para o viver e o conviver nesta nova sociedade. Em contraponto com o modo de produção industrial, a produção colaborativa possibilita ao trabalhador participação e visualização do produto. O produto apresenta características da individualidade do produtor. Percebe-se aí outro contraponto: o produto está a serviço do desempenho humano e não mais a atividade humana a favor da produção.

O novo contexto demonstra que a economia não é mais uma esfera única, com regra e dinâmica próprias. Hoje as linhas que separavam o econômico, social e cultural, nesta nova sociedade tendem a ficar tênue até a ponto de se desfazer. Nota-se uma pluralidade econômica, visto que, o fazer econômico reage às novas formas de relações sociais e a diversidade cultural. Ao encontro desta nova dinâmica, a economia da dádiva, seja ela tradicional ou virtual, pode ser compreendida como um resultado direto deste novo rearranjo social.

Como diz Benkler (2005, p. 333),

A economia da dádiva é um fenômeno de maior amplitude, o qual possui empresas cooperativas que têm participantes quase desconhecidos ou estrangeiras e, ainda assim, funciona como uma modalidade de produção econômica sustentável e substancial. Aliás, no contexto de ambientes de redes digitais, esse é o tipo de divisão e colaboração produtiva (...) que embasa a promessa econômica atual.

Referências

- BARBROOK, R. (2003). "A regulamentação da liberdade: liberdade de expressão, liberdade de comércio e liberdade de dádiva na rede". Em COCCO, G.; GALVÃO, A. P.; SILVA, G. (Eds.), *Capitalismo cognitivo*. Rio de Janeiro: DP&A.
- BENJAMIN, W. (1994). *Magia e técnica, arte e política* (3a. ed.). São Paulo: Brasiliense.
- BENKLER, Y. (2005). "Sharing Nicely: on shareable goods and the emergence of sharing as a modality of economic production". *The Yale Law Journal*, 114.
- BENKLER, Y. (2006). "Commons-based peer production and virtue". *The Journal of Political Philosophy*, 4, 394–419.



- BENKLER, Y. (2008). "A economia política dos commons. Em SILVEIRA, S. A. (Ed.) *Comunicação digital e a construção dos commons*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo.
- CAILLÉ, A. (2002). "Dádiva e associação". Em MARTINS, P. H. (Ed.) *A dádiva entre os modernos* (pp. 191-205). Rio de Janeiro: Vozes.
- CAILLÉ, A. (2002). "A dádiva das palavras". Em MARTINS, P. H. (Ed.) *A dádiva entre os modernos* (pp. 99-136). Rio de Janeiro: Vozes.
- CASTELLS, M. (2001). *A sociedade em rede* (5a. ed.). São Paulo: Paz e Terra.
- CHAUÍ, M. (1993). *Cultura e democracia*. São Paulo: Cortez.
- CHAUÍ, M. (2006). *Cidadania cultural*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- CHAUÍ, M. (1995). "Cultura política e política cultural". *Estudos Avançados*, 23.
- DELEUZE, G. & GUATTARI, F. (1995). "Capitalismo e Esquizofrenia". *Mil platôs*, 34.
- GODBOUT, J. (1998). "Introdução à dádiva". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 38.
- GODBOUT, J & CAILLE, A. *O espírito da dádiva*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas.
- GODELIER, M. (2001). *O enigma do dom*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- GONZALEZ DE GOMEZ, M.N. (2002). "Novos cenários políticos para a informação". *Ciência da Informação*, 1, 27-40.
- GONZALEZ DE GOMEZ, M.N. (1995). "Informação: dos estoques às redes". *Ciência da Informação*, 1.
- GONZALEZ DE GOMEZ, M.N. (2003). "As relações entre ciência, estado e sociedade". *Ciência da Informação*, 1, 60-76.
- GORZ, André. (2004). *Misérias do presente, riqueza do possível*. São Paulo: Annablume.
- GORZ, André. (2005). *O imaterial*. São Paulo: Annablume.
- GUATTARI, F. (1990). *As três ecologias*. Campinas: Papyrus.
- GUATTARI, F. (1986). *Micropolítica* (2a. ed.). Petrópolis: Vozes.
- GUATTARI, F. (1987). *Revolução molecular* (3a. ed.). São Paulo: Brasiliense.
- GUATTARI, F. & NEGRI, T. (1987). *Os novos espaços de liberdade*. Lisboa: Centelha, 1987.
- HABERMAS, J. (2005). *Diagnóstico do tempo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- HABERMAS, J. (1997). "A nova intransparência". *Novos Estudos Cebrap*, nº 18, 103-114.
- HALL, S. (2002). *A identidade cultural na pós-modernidade* (7a. ed.). Rio de Janeiro: DP&A.
- HARDT, M. & NEGRI, T. (2003). *Império* (5a. ed.). Rio de Janeiro: Record.
- HARDT, M. & NEGRI, T. (2005). *Multidão*. Rio de Janeiro: Record.
- HARVEY, D. (1992). *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola.
- HAESLER, A. (2002). "A demonstração pela dádiva". Em MARTINS, P. H. (Ed.), *A dádiva entre os modernos* (pp.137-160). Rio de Janeiro: Vozes.
- LANNA, M. (2000). "Nota sobre Marcel Mauss e o ensaio sobre a dádiva". *Revista Sócio Política*.



- LAZZARATO, M. & NEGRI, T. (2001). *Trabalho imaterial*. Rio de Janeiro: DP&A.
- LEMOS, R. (2005). "O Creative Commons e as transformações da propriedade intelectual". Em BARBOSA F., CASTRO, C. & TOME, T. (Eds.). *Mídias digitais*. São Paulo: Paulinas.
- LEMOS, R. (2005). *Direito, tecnologia e cultura*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- LESSIG, L. (2005). *Cultura livre*. São Paulo: Trama.
- LESSIG, L. (2006). *The people own ideas*. Recuperado em 21 de fevereiro de 2009, de <http://www.lessig.org/blog/archives>.
- LEVY, P. (1999). *Cibercultura*. Rio de Janeiro: Ed. 34.
- LIMA, C. R. M. de, LISBOA, A. de M. & SANTINI, R. M. (2008). "Trabalho imaterial, produção colaborativa e economia da dívida na sociedade da informação". Em LIMA, C. R. M. de & SANTINI, R. M. (Eds.), *Produção colaborativa na sociedade da informação* (PP. 59-74). Rio de Janeiro: E- Papers.
- LIMA, C. R. M. de & SANTINI, R. M. (2008). *Produção colaborativa na sociedade da informação*. Rio de Janeiro: E- Papers.
- LISBOA, A. de M. (2005). "Economia Solidária e autogestão". *RAE*, 3, 109-115.
- MALINI, F. (2005). "O Próprio e o comum: propriedade e liberdade na produção digital". *XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*.
- MANCE, E. A. (2003). *Como organizar redes solidárias*. Rio de Janeiro: DP&A.
- MARTELETO, R.M. (2001). "Confronto simbólico, apropriação do conhecimento e produção de informação nas redes de movimentos sociais". *Ciência da Informação*, 1.
- MATTELART, A. (2002). *A globalização da comunicação* (2a. ed.). Bauru: EDUSC.
- MATTELART, A. (2002). *História da sociedade da informação*. São Paulo: Loyola.
- MAUSS, M. (2001). *Ensaio sobre a dívida*. Lisboa: Edições 70.
- MIRANDA, A. (2000). "Sociedade da informação: globalização, identidade cultural e conteúdos". *Ciência da Informação*, 2, 78-88.
- NEGRI, T. (2003). *Cinco lições sobre Império*. Rio de Janeiro: DP&A.
- PELLANDA, N.M.C. et al. (2005). *Inclusão digital*. Rio de Janeiro: DP&A.
- PRADO, C., CAMINATI, F. & NOVAES, T. (2005). "Sinapse XXI: novos paradigmas em comunicação". Em BARBOSA F., CASTRO, C. & TOME, T. (Eds.), *Mídias digitais*. São Paulo: Paulinas.
- SILVEIRA, S. A. (2005). "A mobilização colaborativa e a teoria da propriedade do bem intangível". Associação Software Livre.org. Recuperado em 21 de abril de 2009, de <http://br.gnome.org/TeseSA/WebIndex>
- SINGER, P. (2002). *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- STALLMAN, R. (2000). "O projeto GNU". *DataGramaZero*, 1.
- TORVALDS, L. & DIAMOND, D. (2001). *Just for fun*. [s.l.]: Harper Business.
- TOURAINÉ, A. (1998). *Igualdade diversidade*. Bauru: Edusc.
- WERTHEIN, J. A (2000). "Sociedade da Informação e seus desafios". *DataGramaZero*, 2, 71-22.